

**REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA REDE POLÍTICA DO PROJETO DE LEI Nº 5230/2023**

HIGH SCHOOL REFORM: AN ANALYSIS OF THE POLICY NETWORK OF BILL NO. 5230/2023

REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA: UN ANÁLISIS DE LA RED DE POLÍTICAS DEL PROYECTO DE LEY Nº 5230/2023

Fernanda Gabriela de Rezende Casagrande<sup>1</sup> 0009-0009-6438-2187  
Suelen Batista de Souza<sup>2</sup> 0000-0002-6519-8877

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas – Campinas, São Paulo, Brasil; fer.gab.rez.cas@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas – Campinas, São Paulo, Brasil; suhbsouza@gmail.com

**RESUMO:**

A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/2017, emergiu em um contexto de disputas políticas e econômicas, tendo origem na Medida Provisória 746/2016. Apesar da oposição de trabalhadores(as) da educação e estudantes, sua aprovação contou com o apoio de empresas privadas e fundações, refletindo a influência de interesses econômicos na política educacional. Para discutir essa temática, o presente estudo objetiva apresentar a construção da rede política enredada na aprovação da Reforma do Ensino Médio, no período de 2023 a 2024, por meio do PL 5230/2023, buscando compreender e debater os interesses dos envolvidos com a metodologia de Redes Políticas. A análise da rede política mostra o reforço do papel de atores internacionais na formulação e monitoramento da política educacional brasileira. A reconfiguração do Ensino Médio também se vincula a interesses externos, como o financiamento do Banco Mundial e a supervisão de organismos internacionais, demonstrando a adoção de um modelo educacional alinhado à lógica neoliberal. Com isso, a Reforma reflete fortes influências neoliberais, possibilitando o envolvimento do setor privado. Apesar de mudanças recentes, mantem-se o desafio de resistir e propor alternativas que fortaleçam a educação pública, democrática e emancipadora.

**Palavras-chave:** reforma do ensino médio; políticas educacionais; redes políticas.

**ABSTRACT:**

The High School Reform, established by Law 13.415/2017, emerged in a context of political and economic disputes, originating from Provisional Measure 746/2016. Despite opposition from education workers and students, its approval was supported by private companies and foundations, reflecting the influence of economic interests in educational policy. To discuss this issue, the present study aims to present the construction of the political network involved in the approval of the High School Reform between 2023 and 2024, through Bill 5230/2023, seeking to understand and debate the interests of those involved using the Political Networks methodology. The analysis of the political network highlights the strengthening role of international actors in the formulation and monitoring of Brazilian educational policy. The restructuring of high school education is also linked to external interests, such as World Bank funding and oversight by international organizations, demonstrating the adoption of an educational model aligned with neoliberal logic. The Reform reflects strong neoliberal

influences, enabling the involvement of the private sector. Despite recent changes, the challenge remains to resist and propose alternatives that strengthen public, democratic, and emancipatory education.

**Keywords:** high school reform; educational policies; political networks.

## RESUMEN:

La Reforma de la Enseñanza Media, instituida por la Ley 13.415/2017, surgió en un contexto de disputas políticas y económicas, con origen en la Medida Provisoria 746/2016. Pese a la oposición de trabajadores de la educación y estudiantes, su aprobación contó con el apoyo de empresas privadas y fundaciones, lo que refleja la influencia de los intereses económicos en la política educativa. Para discutir esta temática, este estudio tiene como objetivo presentar la construcción de la red política involucrada en la aprobación de la Reforma de la Enseñanza Media, en el período de 2023 a 2024, a través del PL 5230/2023, buscando comprender y debatir los intereses de los involucrados con la metodología de Redes Políticas. El análisis de la red política muestra el fortalecimiento del papel de los actores internacionales en la formulación y seguimiento de la política educativa brasileña. La reconfiguración de la educación secundaria también está vinculada a intereses externos, como el financiamiento del Banco Mundial y la supervisión de organismos internacionales, lo que demuestra la adopción de un modelo educativo alineado a la lógica neoliberal. La Reforma refleja fuertes influencias neoliberales, posibilitando la participación del sector privado. A pesar de los cambios recientes, sigue siendo un desafío resistir y proponer alternativas que fortalezcan una educación pública, democrática y emancipadora.

**Palabras clave:** reforma de la educación secundaria; políticas educativas; redes políticas.

## Introdução e Contextualização Teórica

Em nossos estudos, compreendemos o neoliberalismo não somente como um sistema econômico, mas também como uma racionalidade que vem nos constituindo e constituindo nossas relações sociais. Sendo assim, de acordo com Ball (2014), o neoliberalismo são relações materiais e sociais que estão envolvidas na “economização” da vida social tendo como objetivo criar novas oportunidades de lucratividade e monetização da vida.

Nesse sentido, ao abordarmos essa temática, precisamos compreender o neoliberalismo não como algo estável e imutável, mas sim sendo polimórfico e evolutivo, estando presente nos diversos espaços institucionais, e que vem se transformando e se adaptando, assumindo características locais, geográficas, econômicas e políticas. Tais modificações objetivam reproduzir, circular e facilitar seu avanço em todos os campos (Ball, 2014).

Dessa maneira, a racionalidade neoliberal se expande e atinge outros espaços da sociedade, como as instituições do setor público e o Estado, em que grupos com objetivos econômicos desenvolvem e influenciam diversas decisões governamentais, dentre elas, as políticas públicas. Então, percebemos políticas com viés neoliberal avançando em diversos campos da sociedade e, como já era esperado, elas atingem fortemente a educação, buscando

com que o ensino tenha como foco a formação de trabalhadores flexíveis, de acordo com os interesses dos agentes envolvidos no chamado “terceiro setor”.

O terceiro setor – organizações privadas, sem fins lucrativos, que atuam em causas sociais, culturais, ambientais e de interesse público – ocupa cada vez mais campos na sociedade, incluindo a educação, como percebemos nas recentes reformas educacionais. Tal envolvimento se dá pois o Estado é um agente importante para o neoliberalismo, atuando como regulador e criador de mercado. Nesse contexto, a educação é apenas mais uma manifestação de uma reformulação global das bases sociais, morais, políticas e econômicas, que estão envolvidas no fornecimento do serviço público e no desenvolvimento de novas respostas políticas à desvantagem social (Ball, 2014).

Nesse sentido, segundo Adrião (2018), a privatização da oferta educacional acontece de três formas, sendo elas: o financiamento público, o aumento de matrículas em estabelecimentos particulares e a introdução de políticas ou programas de escolha parental. Dentre os modos em que se materializa a privatização da oferta educacional está a vigência de mecanismos de subsídios públicos para organizações privadas, por meio de contratos, convênios, termos de parceria e cooperação. Para mais, no Brasil, temos formas indiretas de financiamento público às instituições privadas de ensino, como os mecanismos de adoção de créditos fiscais reembolsáveis a empresas ou às famílias, dentro de “parcerias público-privada” (Adrião, 2018).

Então, a organização pedagógica dos sistemas educacionais acaba se tornando uma via de jogo de poder, sendo que, nos momentos em que esse assunto foi pautado, como nas Constituintes, na formulação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Planos Nacionais de Educação e nos fundos de financiamento, ele foi motivo de intensos debates e polêmicas (Cury, 2010), o que não foi diferente na constituição das reformas educacionais promovidas a partir dessas legislações.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais estão se desenvolvendo em novas localidades, com novos parâmetros, por novos atores e novas organizações, formando as redes políticas. As redes políticas são um tipo social novo, que envolve relações específicas, constituindo comunidades políticas que se desenvolvem a fim de buscar soluções para concepções e problemas presentes em nossa sociedade. Essas redes se constituem como uma nova forma de governança e, por meio dela, ganham espaço novas vozes dentro do discurso da política, com participações multifacetadas (Ball, 2014).

Sendo assim, a governança se assimila ao setor privado como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto que a ação estatal ou governamental é

insuficiente para atender às demandas coletivas (Adrião, 2018). Essas formas de governanças em redes não são fixas, e novas comunidades políticas estão sendo estabelecidas, envolvendo não somente os governos nacionais, mas também organizações intergovernamentais, organizações não governamentais e corporações transnacionais (Ball, 2014).

Essas redes envolvidas nas políticas educacionais evoluem constantemente, tratando de criações políticas que são construídas em espaços nos quais os seus participantes negociam e desenvolvem várias formas de capital social, em que a confiança é construída e os compromissos de negócios são feitos. Nessa realidade, há cruzamentos cada vez mais complexos, em que pessoas (os funcionários, os consultores, os administradores, os empreendedores, os filantropos, os defensores, os incentivadores, entre outros), dinheiro e ideias movem-se por meio das redes e organizações, com objetivo de desenvolver oportunidades, interesses e compromissos. Nessas situações, é difícil definir onde o sem fins lucrativos termina e o empreendimento começa (Ball, 2014).

No cenário competitivo, há o avanço nas relações capitalistas, havendo também alterações nos modelos de intervenção governamental. Um resultado desse envolvimento é a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415, de 2017) que, mesmo sendo muito criticada por ter se constituído sem diálogo com os(as) trabalhadores(as) da educação e estudantes, foi aprovada em 2017. Acompanhando a Reforma do Ensino Médio, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os currículos estaduais, que são normativos para a elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas, conforme já previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

De acordo com Jeffrey (2024), a Reforma do Ensino Médio teve origem com a Medida Provisória 746/2016, trazendo mudanças estruturais para o Ensino Médio Brasileiro, como a Criação da Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, a ampliação da carga horária da etapa de ensino, a flexibilização curricular mediante os itinerários formativos específicos, entre outros aspectos.

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415 de 2017) foi aprovada graças ao apoio das mídias tradicionais, das fundações vinculadas a empresas e das empresas privadas, que defendiam a necessidade de que a reforma acontecesse. Sabemos que tal defesa, contrariando as reivindicações dos envolvidos diretamente com a educação escolar, não são desinteressadas.

Nesse contexto de disputas, o Novo Ensino Médio foi implantado sendo composto pela formação geral básica e os itinerários formativos. A formação geral básica conta com as disciplinas do núcleo básico, que já estavam presentes no currículo (Língua Portuguesa, Língua

Inglesa, Artes, Educação Física, Matemática, Biologia, Física, Química, História, Geografia, Filosofia e Sociologia), em que a carga horária passou de no mínimo 3200 para no mínimo 1800 horas, nas quais deverão ser aprofundadas e consolidadas as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental, desenvolvendo a compreensão, a reflexão e buscando soluções para problemas complexos (Brasil, 2018).

Os itinerários formativos seriam a parte flexível do currículo, em que os(as) estudantes podem escolher o aprofundamento em uma ou mais áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Ciências da Natureza). Os itinerários são formados por Projeto de Vida, Eletivas, Preparação para o Mundo do Trabalho e Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento, sendo que elas deveriam possuir uma carga total mínima de 1200 horas (Brasil, 2018).

Mesmo com sua aprovação e difusão, os debates quanto à Reforma foram intensos em diversos campos e com a eleição de um governo federal identificado como de esquerda, houve expectativas para uma ampla mudança ou revogação da reforma. Mas, com concessões ao mercado para conseguir ser eleito e com a presença de interesses privados, as mudanças foram pequenas, mantendo as principais características neoliberais da legislação.

Então, temos em 2024, a Reforma do Novo Ensino Médio (Lei 14.945/2024), que traz como principal modificação a ampliação da carga horária para a formação geral básica (de 1800 horas para 2400 horas anuais) e uma diminuição nas horas ofertadas para os itinerários formativos (que passaram de 1200 horas para 600 horas anuais) (Brasil, 2024).

Posto isso, compreendendo que as políticas educacionais perpassam por arenas de disputa e que existem interesses neoliberais presentes na constituição dessas legislações, no presente estudo buscamos compreender um pouco quanto à constituição dessa rede política e os interesses dos grupos envolvidos. Sendo assim, o presente estudo propõe apresentar a construção da rede política enredada na aprovação da Reforma do Ensino Médio, no período de 2023 a 2024, por meio do PL 5230/2023, compreendendo e debatendo os interesses dos envolvidos.

## Metodologia

A presente pesquisa possui uma perspectiva qualitativa e de estudo de caso que, de acordo com Yin (2010), possui características marcadas pelo pouco controle dos eventos, uso da vida real e de assuntos contemporâneos.

Para compor a metodologia foi utilizado o conceito de Redes Políticas, que de acordo

com Calmon e Costa (2013) – autores que fazem uma releitura da obra de Ball, principal autor que fundamenta este conceito – é importante para compreender quais são os atores que participam da formulação ou implementação de dada política pública e nortear a análise do viés conceitual e social que essa política possui. Ainda de acordo com os autores, a rede política é o intermediário entre a ação coletiva e a individual, gerando uma ação interdependente que pode influenciar e ser influenciada por seus atores.

Foi realizado um levantamento bibliográfico para compreender o contexto de reformulação do Novo Ensino Médio. A construção da rede política baseou-se na busca de dados da Comissão de Educação do Senado Federal, por meio do site oficial do governo, e em suas deliberações entre 2022 e 2024, visando a identificar os protagonistas possivelmente envolvidos nessa elaboração. O recorte temporal foi escolhido devido à reformulação pela qual o Novo Ensino Médio passou nesse período.

Posteriormente, foram investigados os atores presentes na Consulta Pública realizada em 18 de abril de 2024 e sua possível articulação com o PL 5230/2023. O software utilizado para compor o grafo da rede política foi o NodeXL, em sua versão gratuita. A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2024.

## Resultados

Com base no contexto apresentado, buscamos construir a rede política envolvida nas modificações da Reforma do Ensino Médio a partir do Projeto de Lei (PL) nº 5230/2023. A rede política exposta a seguir revela as complexas conexões entre atores do setor público e privado da esfera educacional, além da presença de modalidades formativas em educação profissionalizante.



Conforme exposto na figura 1 acima, percebem-se conexões relevantes e diretas entre os envolvidos na constituição do PL 5230/2023 e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o programa Todos Pela Educação, o Movimento pela Base, e, de forma indireta, com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o Instituto Unibanco, com o Itaú Social, com o Instituto Ayrton Senna, com Instituto Natura, entre outros.

Percebemos então, na constituição da rede da Reforma do Ensino Médio, que há influência na sua constituição de organismos internacionais. Fornari e Deitos (2021) apontam que existe um financiamento externo, proveniente do Banco Mundial (BM) (que é uma instituição financeira ligada à Organização das Nações Unidas [ONU]), para que as novas políticas educacionais incorporem a lógica neoliberal global. O Brasil tem atendido aos condicionantes exigidos por esses grupos, sendo a reforma um ponto central na formação da força de trabalho voltada para o desenvolvimento do capital humano e da capacidade produtiva (Fornari; Deitos, 2021).

Isso fica evidente quando Lopes (2024) apresenta que, em maio de 2018, foram firmados acordos de empréstimos entre o Brasil e o Banco Mundial, no valor de US\$ 250 milhões, para o Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, o que materializa o interesse externo na constituição de uma política educacional articulada globalmente. Segundo Marum e Mèrcher (2022), dessa quantia, US\$ 29.000.000,00 deveriam ser utilizados em assessoria técnica para ser feita por profissionais do próprio banco.

Para mais, entre os entes fiscalizadores da implementação da reforma, temos a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, formada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A presença de um órgão internacional nesse processo nos mostra que, para além de financiar a reforma, há um esforço em averiguar se realmente ela está sendo colocada em prática de acordo com os interesses internacionais.

Corroboramos com Ball (2014) quando ele apresenta que a arquitetura global de relações políticas não envolve somente os governos nacionais, mas também organizações não governamentais, organizações intergovernamentais (Banco Mundial, OCDE, Corporação Financeira Internacional, Organização mundial do comércio) e corporações transnacionais.

Com isso, percebemos que as políticas educacionais brasileiras incorporam a lógica das políticas pensadas globalmente e que o Banco Mundial, além de engendrar o processo de acumulação de capital nos países periféricos, também oferece financiamento externo. Nesse

contexto, o Brasil tem buscado atender aos condicionantes do Banco Mundial, que estão sustentados em diagnósticos, recomendações e pressupostos que indicam as reformas estruturais que devem ser realizadas no país (Fornari; Deitos, 2021) e, com o empréstimo realizado, há uma cobrança ainda maior para que o Brasil siga o acordo realizado internacionalmente.

Então, o acordo para a realização do empréstimo traz, como pressuposto central, a formação da força de trabalho para o desenvolvimento do capital humano e da capacidade produtiva, sendo necessário atender a quatro frentes: a revisão dos currículos, a flexibilização curricular nas escolas, o planejamento e a operação logística da oferta dessa flexibilização e a ampliação do tempo para escolas em tempo integral, considerando que os documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) estabelecem as condicionantes e o cronograma de aplicação. Tal constituição contribui para a crença de que o Estado brasileiro seria ineficiente, baseado nos resultados baixos nas avaliações em larga escala, em comparação com outros países da OCDE (Fornari; Deitos, 2021).

Nos debates das reformas educacionais, ficam evidentes a intensificação e o avanço das políticas neoliberais, conforme as orientações de organismos internacionais (Lopes; Caprio, 2008). Isso é explícito também com a cobrança excessiva de resultados nas avaliações de larga escala, que desconsideram diversos aspectos socioculturais e regionais brasileiros.

Sendo assim, percebemos que a organização de um sistema educacional é envolvida em um jogo de poder, que pretende alcançar uma melhoria de resultados por meio de uma nova cultura organizacional, que se propõe a pensar estratégias pedagógicas junto aos conselhos de educação, às secretarias de educação e às comunidades interessadas (Cury, 2010).

Ainda, com o resultado da rede analisada, percebemos uma influência indireta de empresas privadas que vem dedicando forças para um novo projeto de educação, que tem como perspectiva a constituição de sujeitos neoliberais. Não são apenas serviços, materiais e ideias que são comprados e vendidos, há um mercado global em que os alunos são também mercadorias (Ball, 2014). Essas conexões complexas evidenciam a articulação do setor privado em prol do Novo Ensino Médio.

A relação entre o mercado e o Estado faz com que as lógicas desse primeiro sejam naturalizadas. Desse modo, o neoliberalismo busca produzir novos atores sociais híbridos, que sejam espacialmente móveis, eticamente maleáveis e capazes de falar a língua do público, do setor privado e da filantropia. Esses indivíduos são moldados para se tornarem

empreendimentos responsáveis, aos quais se oferece oportunidades de sucesso, mas também a quem se responsabiliza e culpabiliza caso não aproveitem. Assim, governa-se por meio do empreendedorismo e da responsabilização individual. (Ball, 2014).

Dentre os grupos envolvidos com empresas privadas que estão presentes na rede construída, vemos a presença do “Todos Pela Educação” (organização que tem como financiadores: o B3 Social, a Fundação Bradesco, o Grupo Volkswagen, a Fundação Itaú social, a Fundação Lemann, o ProFuturo – Fundação Telefônica Vivo, a Fundação Vale, a Gol, o iFood, o Institui MRV, o Instituto Natura, o Instituto Península, o Instituto Unibanco, e outros). Segundo Araújo e Nascimento (2020), a presença do Todos pela Educação nas políticas se dá, principalmente, pelo programa “Educação Já”, que se configura como um movimento de privatização no campo das políticas educacionais, e tem refletido mudanças estruturais da educação como o planejamento educacional, a noção de qualidade da educação, as relações intergovernamentais entre entes federados, a difusão de modelos de cooperação federativa, as políticas, o currículo da avaliação e da gestão pública. Tal influência contribui para a constituição do Novo Ensino Médio como temos hoje, sendo necessário ter um olhar crítico para os objetivos desse grupo.

Nessa realidade, percebemos o surgimento de um novo grupo, formado por empreendedores sociais e defensores de políticas neoliberais, que tem trazido mudanças importantes para a forma como a política de educação é promulgada e reflete sobre as formas com que a atividade filantrópica tem ganhado uma dimensão política importante. O “Filantropocapitalismo”, apresentado por Olmedo (2013), traz a perspectiva do fazendo o bem dando-se bem, esses grupos se envolvem indiretamente nas tomadas de decisões, mudando a arena política e os papéis que “jogadores” tradicionais exerceram no passado. Eles mobilizam o seu capital econômico, cultural e social em suas agendas beneficentes, inspirados em princípios que os fizeram triunfantes no campo dos negócios (Olmedo, 2013).

Outro envolvido na reforma é o “Grupo Lemann” que, segundo Adrião (2018), tem acelerado a transformação dos sistemas públicos de ensino em mercados. Um exemplo disso é a destinação de recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no mínimo 18%, para o setor privado, deixando evidentes processos de privatização por meio da ampliação dos convênios e da oferta privada com subsídios públicos. Por conseguinte, percebemos que o imaginário neoliberal busca reformular os objetos e sujeitos da educação e das políticas sociais em busca de uma desestatização proposital e da mercantilização da educação, com objetivo de converter bens públicos em privados. O neoliberalismo é sobre dinheiro e mentes, criando um

nexo entre as várias formas de capital e o Estado contemporâneo (Ball, 2014).

O Movimento Pela Base Nacional Comum atua desde 2013 nas políticas educacionais e, segundo Ferreira (2020), pode-se perceber uma complexa relação de interesses das entidades privadas envolvidas nesse grupo dentro de uma rede global de ideias e formas políticas. Isso é perceptível com a proposta de reestruturação do sistema e a mudança na forma de gestão escolar fora dos moldes do setor público que, segundo esse discurso, não funciona. O foco é nos resultados medidos pelos índices educacionais.

Portanto, percebemos que com a grande quantidade de dinheiro envolvido nessas reformas, além do interesse na formação de sujeitos neoliberais, há o envolvimento indireto de empresas privadas com objetivos de obtenção de lucro na educação, pois há muito investimento envolvido nas reformas. Além disso, com o Novo Ensino Médio, houve algumas modificações nas regras do financiamento público e, agora, os recursos também podem ser utilizados para financiar as parcerias com o setor privado (Silveira *et al*, 2022).

Um outro agente presente na rede é o Instituto Ayrton Senna. Esse Instituto, em 2014, demandou à Agência de regulação e financiamento do ensino superior no Brasil (CAPES) o subsídio público no valor aproximado de US\$ 242 mil para desenvolvimento de pesquisa sobre medição de “habilidades socioemocionais” (Adrião; Domiciano, 2018), as quais estão envolvidas diretamente na preparação de sujeitos para lidar com o futuro incerto.

Ao olharmos o site do Instituto Ayrton Senna, por exemplo, percebemos uma divulgação da reforma, abordando que, para o grupo, os objetivos dessa reforma educacional são: a Relevância educacional (um ensino relevante para a vida dos(das) estudantes), a Preparação para o futuro (não apenas para o Ensino Superior, mas também para o mercado de trabalho), Redução da evasão escolar (com um ambiente mais atraente) e a Melhoria da qualidade do ensino (equiparando-a aos padrões internacionais e garantindo que os(as) alunos(as) estejam preparados para enfrentar os desafios globais) (Instituto Ayrton Senna, 2023). O discurso propagado pelo grupo nos mostra a proposta de soluções simples para problemas educacionais complexos, desconsiderando as diversas realidades socioculturais e econômicas brasileiras. Para mais, objetiva difundir ideias de formação para o mercado de trabalho.

A partir disso, percebemos as reformas educacionais sendo negociadas como mercadorias. Essa interpretação se confirma ao observar o interesse de empresas e de integrantes do terceiro setor nas reformas educacionais. Segundo Olmedo (2013), esses indivíduos ou organizações buscam controlar ou influenciar os sistemas de governo, fazendo

cobranças dos governantes, por meio das redes políticas, que atendam a seus interesses.

Também, ao compreendermos que as políticas educacionais estão em um espaço de disputa, destaca-se então que, com a eleição de um governo federal identificado como de esquerda, a reformulação do Ensino Médio também recebe influências de instituições públicas, como o CONIF. Isso sugere que, além de atender aos determinantes do capital, o atual governo apresenta uma oportunidade de luta por ocupação de espaços na reformulação da legislação.

Existem também diversas entidades educacionais contrárias à reforma que organizaram um grupo da sociedade civil denominado “Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio”, o qual critica, principalmente ao caráter compulsório do Ensino Médio integral, a proibição do ensino noturno aos menores de 18 anos e a desvalorização deste modelo de ensino no projeto, a escolha de áreas de ênfase na formação do(da) aluno(a) e a transformação da rede profissional em um enfoque. Com o posicionamento deste grupo, percebemos que a proposta desconsidera a realidade brasileira do(a) estudante/trabalhador(a), promovendo uma formação fragmentada, desconsiderando, para a formação profissional, o modelo já utilizado pelos Institutos Federais e algumas redes estaduais de ensino (Corti, 2019).

De acordo com Cunha e Ota (2023), existem diversos envolvidos nos espaços de disputa para a constituição das reformas educacionais, dentre eles temos empresas que afirmam sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa, fundações e institutos vinculados ao empresariado e pessoas vinculadas a associações de professores(as) e pesquisadores(as) da área da educação. É nesse campo de tensionamentos com argumentos distintos que nasce a busca pela desqualificação (muitas vezes com base em dados inverídicos ou que desconsideram as realidades específicas) das escolas públicas e seus profissionais, defendendo a necessidade de influências privadas para o bom funcionamento da educação, o que faz com que haja a necessidade de defendermos as instituições de ensino gratuitas, laicas e de qualidade.

## Conclusão

Percebemos a grande influência das redes políticas quando observado que a Reforma do Ensino Médio não é novidade, pois já havia uma proposta semelhante no governo Dilma, com o PL n. 6840/13, que apresentava proposições parecidas, como a organização do currículo por áreas de conhecimento, a redução do número de componentes curriculares obrigatórios, a ênfase em algumas áreas e as modificações nos cursos de licenciatura (Matos, 2019), mas que, diferente da aprovada, propunha espaços de diálogo com a população e com atores envolvidos nos espaços educacionais.

Então, ao analisar os interesses dos envolvidos na aprovação do novo currículo e sua reforma, percebemos que há influências neoliberais em sua constituição, formando um terreno complexo, pois, segundo Ball (2014), partes de políticas, do Estado e do trabalho estatal, são agora também propriedade do setor privado, que poderiam ter “sucesso” onde o governo falhou.

Esse sucesso está ligado com o discurso que propaga a ideia de que o governo é incapaz de conduzir sozinho os espaços públicos, o que vem ocasionando a precarização e a privatização de diversos serviços estatais. Sendo assim, a educação pública é um espaço de debate e disputa, que não se restringe somente pelo dinheiro envolvido nessa etapa de ensino, mas na formação dos(das) estudantes para a constituição de uma sociedade, que pode ser influenciada por diversas perspectivas.

Portanto, existem pessoas envolvidas na constituição dessas legislações, que estão trabalhando com políticas públicas educacionais há muito tempo, sendo necessário que ampliemos o debate, não apenas para resistir, mas a fim de propor alternativas para uma educação transformadora, que valorize o(a) professor(a), fortaleça a comunidade escolar e promova a emancipação dos sujeitos.

Por fim, com a eleição do governo Lula, houve a expectativa de que a Reforma pudesse ser revogada, mas, mesmo com diversas oposições desde a sua publicação, ela se manteve, com algumas modificações na aprovação da Lei nº 14.945/2024. Isso traz à tona a necessidade de ampliarmos o olhar para os setores que influenciam a manutenção dessa Reforma e continuarmos articulando lutas contra esse documento autoritário e desigual, em busca de construir um Ensino Médio mais alinhado a uma sociedade menos desigual.

### **Referências:**

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil.

**FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 8, n. 3, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79084>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de; NASCIMENTO, Rosenery Pimentel do. “Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista**, v. 36, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rBG8CYMkBbgqD4T4LpT3ytS/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BALL, Stephen. **Educação global SA: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**.

Editora Uepg, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base** - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Versão final. Brasília: Ministério da Educação, [2018]. Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2017]. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o Ensino Médio, e outras leis. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. REDES E GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p.1-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CORTI, Ana Paula. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do Ensino Médio de 2017. **Educação em Revista**, v. 35, p. 1-20, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/edur/a/sg3HGWqjwdRD5sk5v3Kc5sb/?format=html>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CUNHA, Márcia Pereira; OTA, Nilton Ken. Extrema direita e educação no Brasil. **Revista Educación, Política y Sociedad**, v. 8, n. 2, p. 72-93, 2023. Disponível em:  
<https://revistas.uam.es/reps/article/view/17527>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010. p. 149-168.

SILVEIRA, Éder da Silva; SOUZA, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de; VIANNA, Rafael de Brito; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: notas sobre os contextos de influência nacional e internacional no âmbito da Lei 13.415/2017. **Revista Pedagógica**, v. 24, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em:  
<http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6605>. Acesso em: 18 jan. 2025.

FERREIRA, Luan. Educação: discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil. **Revista**

**Educação e Políticas em Debate**, v. 8, n. 2, p. 254-270, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/99570512/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_discuss%C3%B5es\\_sobre\\_o\\_Novo\\_Ensino\\_M%C3%A9dio\\_do\\_Brasil](https://www.academia.edu/99570512/Educa%C3%A7%C3%A3o_discuss%C3%B5es_sobre_o_Novo_Ensino_M%C3%A9dio_do_Brasil). Acesso em: 20 jan. 2025.

FORNARI, Márcia; DEITOS, Roberto Antonio. O Banco Mundial e a reforma do ensino médio no governo Temer: uma análise das orientações e do financiamento externo. **Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 188-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181>. Acesso em: 18 jan. 2025.

IAS. Instituto Ayrton Senna. **Novo Ensino Médio no Brasil**: o que mudou e como se preparar. 2023. Disponível em: [https://institutoayrtonsenna.org.br/novo-ensino-medio/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAiA2cu9BhBhEiwAft6IxDonVq969VvZWXq6qE\\_zA9GtczlhLyKIzprqfe3YUTwROizQHgH2xoCFL4QAuD\\_BwE](https://institutoayrtonsenna.org.br/novo-ensino-medio/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA2cu9BhBhEiwAft6IxDonVq969VvZWXq6qE_zA9GtczlhLyKIzprqfe3YUTwROizQHgH2xoCFL4QAuD_BwE). Acesso em: 18 fev. 2025.

JEFFREY, Debora Cristina. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: Uma análise da trajetória em estados brasileiros. In: JEFFREY, Debora Cristina; AGUILAR, Luiz Enrique; SACILOTTO, José Vitorio (Org.). **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**: uma trajetória em estados brasileiros. Curitiba: CRV, 2024. p. 15-30.

LOPES, Alice Casimiro. Ensino médio: Criando um projeto moral para gerenciar o futuro dos jovens. **Cadernos de Pesquisa**, v. 54, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/9LVhdNj3Ff3sqGKNTbqSTDw>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, n. 5, p. 1-16, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MARUM, João Francisco Pereira; MÈRCHER, Leonardo. A LEI 13.415/2017 E O NOVO ENSINO MÉDIO: POR UMA ANÁLISE DA PRESENÇA INTERNACIONAL NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA. **Revista Conjuntura Global**, v. 11, n. 1, p. 146-163, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/84331>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MATOS, José Arlen Beltrão. **Novo ensino médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na educação física**. 2019. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28890>. Acesso em: 18 jan. 2025.

OLMEDO, Antonio. HETERÁRQUICAS E 'GOVERNANÇA FILANTRÓPICA' GLOBAL: IMPLICAÇÕES E CONTROVÉRSIAS PARA O CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 470-498 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24803/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

YIN, Robert.Kuo-zuir. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 4º ed., 2010.

**SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)**

**Fernanda Gabriela de Rezende Casagrande.** Mestra em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutoranda em Educação Física e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Substituta no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Muzambinho. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1933235013647034>

**Suelen Batista de Souza.** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Consultora Pedagógica Especialista no Sistema Poliedro de Ensino. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6535414662297259>

**Como citar**

CASAGRANDE, Fernanda Gabriela de Rezende; SOUZA, Suelen Batista de. REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA REDE POLÍTICA DO PROJETO DE LEI N° 5230/2023. **Revista Espaço Currículo**, Pré-publicação/Ahead of Print (AOP), e73240, 2026.